

Quarta-Feira, 28 de Outubro de 2026

Estados Unidos ainda não se pronuncia sobre investigação do financiamento do filme Dark Horse

Ministério da Justiça aguarda resposta americana sobre rastreamento de recursos enviados ao fundo Havengate Development Fund

O governo norte-americano permanece silencioso quanto ao pedido de cooperação internacional encaminhado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil para investigar o financiamento da produção cinematográfica "Dark Horse", que documenta a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Polícia Federal protocolou a solicitação perante o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional), vinculado ao Ministério da Justiça, no dia 9 de outubro, visando aprofundar as investigações sobre as origens dos recursos investidos na película.

Após análise preliminar da documentação, o departamento direcionou o pleito às autoridades norte-americanas na semana subsequente, utilizando como marco legal o Tratado de Assistência Jurídica Mútua (MLAT), acordo bilateral vigente entre Brasil e Estados Unidos desde 2001 que regulamenta esse tipo de cooperação.

Conforme informações apuradas, solicitações dessa natureza frequentemente requerem vários meses para obtenção de resposta das autoridades americanas. Essa demora assume relevância ainda maior considerando o contexto da atuação do senador: ele ultrapassou a fronteira argentina vindo do Brasil às 22h50 de terça-feira (27) e, 40 minutos depois, embarcou em aeronave privada com destino a Guayaquil, no Equador.



Arko: Flávio é problema de Trump até surgir novo líder de direita no Brasil

O entendimento junto aos órgãos federais norte-americanos reveste-se de importância estratégica para rastrear os valores transferidos pelo Banco Master para o fundo denominado Havengate Development Fund, sediado em território americano, e estabelecer se tais montantes efetivamente subsidiaram a produção de "Dark Horse".

A Polícia Federal conduz simultaneamente dois inquéritos relacionados ao financiamento da produção. O primeiro, sob relatoria do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, foi aberto em 22 de julho, quando o senador passou a figurar como investigado sob suspeitas de lavagem de capitais, corrupção ativa e transferência ilegal de divisas.

Em maio, a publicação Intercept Brasil divulgou gravação de áudio em que o senador solicitava recursos financeiros a Daniel Vorcaro, então proprietário do Banco Master, para custear o longa-metragem. As negociações diretas entre ambos resultaram em compromisso de repasse no valor de US\$ 24 milhões.



Trump diz que eleição foi "estranha" e aprovaria entrada de Flávio nos EUA

Registros da investigação indicam que aproximadamente US\$ 10,6 milhões foram efetivamente movimentados entre fevereiro e maio de 2025, através de seis operações bancárias, destinadas ao financiamento do projeto cinematográfico.

Conforme apurações da investigação, Antonio Carlos Freixo Júnior, alcunhado como Mineiro e identificado como intermediário financeiro de Vorcaro, revelou em sua colaboração premiada ter realizado sete transferências para o Havengate Development Fund. O fundo mantém vínculos com um profissional do direito que presta serviços ao ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro.

Os investigadores examinam se parcela dos valores canalizados para a produção foi desviada visando à manutenção financeira de Eduardo em solo norte-americano. O ex-deputado refuta categoricamente ter recebido qualquer quantia oriunda de Vorcaro ou dos recursos do fundo.



Flávio Bolsonaro é investigado em três inquéritos no STF

Paralelamente, existe segundo inquérito sob condução do ministro Flávio Dino investigando indícios de apropriação indevida de emendas parlamentares destinadas ao financiamento da película produzida pela Go Up.